

N. 5 NOV 2017

retratos
A REVISTA DO IBGE

ODS 16: PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O QUE UMA MÁQUINA
DE LAVAR ROUPA DIZ
SOBRE VOCÊ?

O HOMEM E A NATUREZA
NAS FRONTEIRAS DO
RURAL AMAZÔNICO

à beira-mar

Paisagens litorâneas
mudam com o avanço
do turismo



De outubro/2017
a fevereiro/2018.



CENSO AGRO 2017. NÓS VAMOS COLHER INFORMAÇÕES, O PRODUTOR RURAL VAI COLHER RESULTADOS.

Com o Censo Agro 2017, o IBGE vai a campo para coletar informações e criar um retrato fiel da nossa agropecuária, que representa um dos setores mais importantes para o país, porque movimenta a economia e a vida de todos nós. Assim, a partir desses dados atualizados, o Brasil poderá criar políticas e soluções para todo tipo, tamanho e característica de produtor rural. Se desejar saber mais sobre o questionário ou outras informações, visite nosso site. Receba bem o recenseador do IBGE e responda corretamente as perguntas.

JUNTOS, VAMOS COLHER RESULTADOS PARA O BRASIL.



Saiba mais em
censoagro2017.ibge.gov.br
ou ligue 0800 721 8181

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



QUANDO OLHAMOS PARA UMA PAISAGEM É DIFÍCIL IMAGINAR COMO ELA ERA NO PASSADO. Foi esse o exercício que fizemos em nossa matéria de capa: produzimos uma foto da Praia do Forte, em Cabo Frio (RJ), a partir do mesmo ponto em que se posicionou o fotógrafo Wolney Teixeira, em 1945. A reportagem mostra os impactos do crescimento do turismo em quatro cidades costeiras: Cabo Frio e Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, e Balneário Camboriú e Itapema, em Santa Catarina.

Em ano de realização da coleta de dados do Censo Agropecuário, diversas vertentes do rural brasileiro vêm sendo realçadas nas páginas da Retratos. É nesse sentido que a segunda parte da reportagem sobre aspectos

das atividades agrícolas na Amazônia ganha destaque nesta edição.

A Retratos nº 5 também dá continuidade à série de entrevistas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujos indicadores que irão mensurar o cumprimento de um conjunto de metas até 2030 estão em fase de elaboração. Dessa vez, o tema escolhido foi o ODS 16: paz, justiça e instituições eficazes.

O que significa ter uma geladeira, um celular ou uma máquina de lavar? Essa é a pergunta que a matéria sobre bens duráveis no domicílio vai responder. Texto e gráficos vão mostrar para o leitor a importância que esses e outros itens ganharam ao longo do tempo nos lares do país. Boa leitura.

Equipe da redação

expediente

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Avenida Franklin Roosevelt, 166 sala 900 A - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20021-120



Presidente

Roberto Olinto Ramos

Diretor-Executivo

Fernando J. Abrantes

Diretoria de Pesquisas

Cláudio Crespo

Diretoria de Geociências

Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática

José Sant' Anna Bevilacqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de Comunicação Social
Diana Paula de Souza

Editor

Marcelo Benedicto

Editora assistente

Marília Loschi

Editora de arte

Simone Mello

Projeto gráfico

Helga Szpiz

Simone Mello

Reportagem

Eduardo Peret
Marcelo Benedicto
Marília Loschi
Mateus Boing

Editoração eletrônica

Lícia Rubinstein
Pedro Vidal
Simone Mello

Foto de capa

Wolney Teixeira

Fotografia

Arquivo Histórico da Fundação Cultural de Balneário Camboriú
Flávio Nagel
João Ricardo Silva
Lícia Rubinstein
Mateus Boing
Wolney Teixeira

Ilustração

J. C. Rodrigues
Lícia Rubinstein
Patrick Marins (estagiário)

Tratamento de imagens

Lícia Rubinstein

Logística de distribuição

Helena Pontes

Colaboradores

Agência IBGE de Cabo Frio,
Airton Mota, Alexandre Guimaraes, Claudio Stenner, Filipe Borsani,

IBGE - Unidade Estadual de Santa Catarina, Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (Marinha do Brasil), João Ricardo Silva, José Reinaldo Júnior, Lindomar Rodrigues, Marcelo Araujo, Marco Antonio de Carvalho Oliveira, Maria Lucia Ribeiro Vilarinhos, Mônica Marli, Pedro Renaux, Warley Sobroza de Souza e Zuleika Mankowski

Revisão de textos

Lícia Rubinstein
Marília Loschi
Pedro Renaux

Impressão

COAN Indústria Gráfica Ltda.

Tiragem

20.000 exemplares

Retratos a Revista do IBGE

é uma publicação mensal do Instituto para distribuição interna e externa. A publicação não é comercializada. Todos os direitos são reservados.

Caso queira reproduzir as matérias e as imagens desta edição, entre em contato através do nosso e-mail.

Críticas e sugestões:

revistaretratos@ibge.gov.br

5 #ibge/publicações

26 Onde está o recenseador?



6 paz, justiça e instituições eficazes

Os desafios para a produção dos indicadores do ODS 16



9 rural amazônico: fronteiras

Segunda parte da reportagem sobre as particularidades do agro na Amazônia



14 à beira-mar

Impactos do turismo em quatro cidades do litoral brasileiro



24 indicadores do lar

O papel dos bens duráveis nos estudos demográficos

#ibge

agenciadenoticias.ibge.gov.br

@ibgecomunica /ibgeoficial @ibgeoficial /ibgeoficial

269.830 >>>
total de seguidores

+3.581
novas curtidas no mês

38.793
pessoas envolvidas

626.468
usuários alcançados

**Notícia mais lida na
Agência IBGE Notícias**

Começa treinamento de 18 mil
recenseadores para o Censo Agro

2.559 bit.ly/
2z66xTM
acessos

Destaque nas redes



Twitter Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência



Facebook Inscrição para Especialização ENCE



Instagram Repost #retratarobrasil



YouTube O que produz pra todo canto (ia ia io)

referência: setembro

publicações

Visite nossa loja virtual: <http://loja.ibge.gov.br/>



Divisão Regional do Brasil 2017

Atualização do quadro regional brasileiro a partir das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas nas últimas décadas. Para a elaboração desse novo quadro, foram utilizadas informações referenciadas à rede urbana brasileira e à infraestrutura que a interliga. O objetivo da revisão é oferecer elementos para o aprofundamento do conhecimento geográfico acerca da complexa realidade territorial do Brasil contemporâneo.



Indicadores Sociais: Passado, Presente e Futuro

Apresenta a trajetória da produção de indicadores sociais pelo IBGE, processo relacionado ao enfrentamento de desafios sociais no Brasil, tais como pobreza, fome, educação, saúde, trabalho e desigualdade. A publicação traz artigos inéditos sobre o processo de produção dos indicadores sociais e textos históricos, considerados trabalhos precursores do estudo e da produção de indicadores sociais no Brasil.



REPÚBLICA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
PRIMEIRO DISTRITO - SEGUNDA ZONA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO DE NASCIMENTO Nº 6010

REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
PRIMEIRO DISTRITO - SEGUNDA ZONA JUDICIÁRIA

OSWALDO DA COSTA FRIAS, Escrivão e Oficial do Registro Civil da Segunda Zona Judiciária do Primeiro Distrito do Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, República do Brasil, por nomeação na forma da Lei, etc.

CERTIFICO que, no livro número 6 - a folhas 416 - do termo número 3714 - está-se registrado o nascimento de uma criança do sexo Feminino de cor branca nascida em esta cidade em



paz, justiça e instituições eficazes

texto Marília Loschi
arte Licia Rubinstein

Reduzir significativamente todas as formas de violência; reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas; fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento; assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais são algumas metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, tema da entrevista com Rosane Oliveira e Leonardo Athias.

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16: PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

Revista Retratos O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 menciona várias formas de violência, que têm diferentes expressões dependendo do país. Como o Brasil se insere no contexto desse ODS?

Rosane Oliveira O objetivo 16 trata de questões relativas à segurança pública, justiça e governança. Quanto às questões de violência, há uma série de problemas que o Brasil tem atualmente e que são objeto dos indicadores. Por exemplo, taxa de homicídios intencionais e número de presos sem sentença em relação à população carcerária total, que são dois indicadores para os quais existem dados e metodologia disponíveis, produzidos no âmbito dos Ministérios da Justiça e da Saúde, instituições parceiras nesse trabalho.

Há outros indicadores relacionados à realidade brasileira que dependem de uma pesquisa nacional de vitimização para serem produzidos, como, por exemplo, a proporção de pessoas que se sentem seguras caminhando sozinhas nas proximidades de

seus domicílios e a proporção de vítimas de violência que relataram à polícia o crime que sofreram. Temos no IBGE a intenção de realizar essa pesquisa em 2019, em parceria com instituições ligadas à área da Justiça.

Por fim, temos indicadores que não se aplicariam ao Brasil, como o indicador “mortes relacionadas a conflitos”, que trata de territórios em guerra. Outro indicador também, o “número de casos verificados de assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia associado, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses”, não se aplica à nossa realidade no momento.

Retratos Do que trata a discussão sobre fortalecimento das “instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a preven-

ção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime”?

Leonardo Athias Há esforços de cooperação internacional para fortalecer instituições nacionais, sobretudo em países com pouca capacidade burocrática. Tais esforços passam por envio de recursos materiais, treinamento, envio de técnicos estrangeiros. Instituições com capacidade de ação, monitoramento, responsivas aos anseios da sociedade tendem a ser mais eficazes, quer dizer, estar de acordo com seus objetivos, implementando políticas favoráveis à população.

Retratos Também é um ODS que fala de “instituições eficazes”. O que são?

Rosane São instituições que funcionam de forma transparente, responsável e inclusiva. Isso pressupõe que a população de uma forma geral tem acesso às informações produzidas pelas instituições públicas e que estas mantêm uma política de igualdade no acesso aos seus quadros. **Leonardo** As instituições públicas podem trabalhar em diversas



Acervo pessoal

Rosane Oliveira, mestre em Antropologia pela UFF, é a pesquisadora do IBGE responsável por coordenar a articulação do ODS 16 no Instituto.



Leonardo Athias, doutor em Ciências Políticas pela Université Montesquieu Bordeaux IV (França), é o pesquisador do IBGE responsável pelo tema da governança no ODS 16.

frentes, como, por exemplo, divulgando relatórios detalhados de reuniões, tornando-as públicas e até mesmo transmitidas pela internet. Além disso, pode ter ouvidorias, responder de forma tempestiva e detalhada à lei de acesso à informação; recrutar por concursos públicos com reserva de vagas para minorias, o que é considerado boa prática para ter diversidade nos quadros. Essa diversidade ajuda a ter pessoas que terão mais capacidade de entender as necessidades dos usuários.

Retratos Que indicadores o IBGE já possui para acompanhar este cenário?

Rosane Um indicador que pode ser produzido pelo IBGE é a “proporção de crianças menores de 5 anos cujos nascimentos foram registrados por uma autoridade civil, por idade”. No entanto, demanda uma série de cálculos que estão sendo analisados pela equipe da Copis (Coordenação de População e Indicadores Sociais, área da Diretoria de Pesquisas do IBGE).

Retratos Quais são os desafios para trabalhar com esse tema?

Rosane Os temas do ODS 16 englobam diversas esferas do

conhecimento/produção de dados e não existe uma centralização na produção de informações, que incluem desde o aspecto subjetivo do entrevistado em uma pesquisa (sentimento de insegurança), à consulta de registros administrativos (departamento penitenciário) e à produção de indicadores a partir do acesso a diferentes fontes de dados e tentativa de harmonização dos mesmos (tráfico de pessoas).

Coordenar o trabalho com a variedade de órgãos produtores de informação sobre segurança, justiça e governança é o principal desafio. São 23 indicadores e pelo menos 12 instituições produtoras de informações, como, por exemplo, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, Controladoria Geral da União, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Vigilância em Saúde e Conselho Nacional de Justiça.

Além disso, a realização de uma pesquisa no nível nacional, como será a de vitimização em 2019, sempre constitui um desafio, que, com certeza, vamos cumprir com o cuidado e a eficiência que são a marca das pesquisas que o IBGE faz.

Retratos O que está em vista de ser preparado, coordenado pelo IBGE, para atender ao objetivo? Pode explicar um pouco?

Rosane Além da pesquisa de vitimização, em 2019 teremos também um bloco de perguntas sobre governança nos municípios e estados da federação através da Munic (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) e Estadiv (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais), que permitirá ao IBGE produzir dados que viabilizem a construção de indicadores relacionados à Agenda 2030.

Na Munic/Estadiv será questionada a existência de políticas de tecnologia da informação e comunicação (TIC): se a prefeitura tem página na internet, se disponibiliza ao usuário um portal da transparência, se divulga as contas públicas, se existe algum canal de atendimento ao cidadão. Também será verificado se existem conselhos municipais e estaduais que tenham a participação da sociedade civil nas diferentes políticas, se o município tem orçamento participativo, se tem ouvidoria, entre outras questões relacionadas à participação dos cidadãos na gestão pública. ■

rural amazônico: fronteiras

texto Marília Loschi

fotos Flávio Nagel e João Ricardo Silva

colaboração Airton Mota, Alexandre Guimarães, João Ricardo Silva,
José Reinaldo Júnior e Pedro Renaux

No Maranhão, a região pré-amazônica do Turiaçu é conhecida pela sua produção de um abacaxi de alta qualidade, sob regime de agricultura familiar. No Mato Grosso, que ainda é considerado área da Amazônia Legal, a proximidade da floresta e do Cerrado chama atenção para práticas que permitam otimizar a produção sem degradar a natureza.

IBGE em campo

A realidade dos estabelecimentos agropecuários localizados nas fronteiras do rural amazônico também vai ser retratada pelo Censo Agro 2017, que está sendo realizado pelo IBGE. A coleta de dados começou em outubro deste ano e deve durar até fevereiro de 2018. A pesquisa vai levantar informações sobre propriedade, produção, área, pessoal ocupado etc. Com os resultados, previstos para serem divulgados a partir do segundo semestre de 2018, o Brasil vai poder planejar políticas públicas voltadas ao meio rural. Para saber mais sobre o Censo Agro 2017, acesse o site censos.ibge.gov.br/agro/2017.

Onde começa e onde termina a Amazônia? A Amazônia Legal, uma das formas de se olhar para o território, compreende uma área de mais de 5 milhões de km² e inclui todos os estados da Região Norte e ainda o estado do Mato Grosso e um pedaço do Maranhão (mais precisamente sua parte a oeste do meridiano 44°, que inclui a capital, São Luís). E, conforme vamos nos afastando da Amazônia profunda e nos dirigimos às suas fronteiras, insinuam-se as mudanças de cenário.

Nada é abrupto: um pouco menos de chuva, ao nos aproximarmos do Cerrado; novas marcas de intervenção humana na fronteira agrícola do Matopiba, disputando espaço com a floresta; avanços da pecuária extensiva, também negociando fronteiras com as matas nativas. Assim são as áreas de fronteiras, traduzem um espaço de troca, transações e transições.

ABACAXI DE TURIAÇU É SÍMBOLO DA CIDADE

Em São Luís do Maranhão, o vendedor grita em meio aos carros: “Olha o abacaxi aqui, docinho e barato”. Eusébio Costa, 43 anos, não abre mão da venda ambulante em ponto estratégico da cidade, no bairro da Cohama, mesmo tendo um ponto fixo em outro bairro. “O abacaxi de Turiaçu é o carro-chefe. Chegou, vendeu. Nem a crise atrapalhou tanto”, diz, satisfeito. Na Ceasa, central de abastecimento e venda onde o abacaxi também é estrela, os irmãos Ananias e Adebilson Ribeiro, 27 e 29 anos, são produtores e também distribuidores. Eles contam que, no início da safra,

chegam a fazer duas viagens semanais no circuito Turiaçu-São Luís: “Esse abacaxi é abençoado. O lucro é garantido, pouco ou muito, mesmo diante de recessão”.

Segundo o IBGE, o município de Turiaçu tem população estimada de pouco mais de 35 mil turienses – a capital do estado, São Luís, já ultrapassou

Chegando em Turiaçu são 66km até sua sede, por estrada pouco movimentada e ladeada por vegetação nativa

um milhão de habitantes – e produziu 5,7 milhões de abacaxis no ano passado. Situado a 245 km da capital, na zona rural do Maranhão, é

preciso desbravar trechos de rio e de estrada de chão até os povoados Banta e Serra dos Paz, os dois principais locais de produção do abacaxi. A região enfrenta dificuldades no escoamento da



João Ricardo Silva

produção devido ao estado das estradas e à ausência de feiras locais, o que deixa grande parte da distribuição a cargo de atravessadores.

No regime de agricultura familiar típico da região, os pequenos produtores medem sua área plantada por linhas: no povoado Banta, por exemplo, a produção do agricultor Ro-

naldo Fernandes, 35 anos, tem nesta safra quatro linhas, com uma média de oito mil pés de abacaxi por linha. Ele explica que o clima faz com que sejam dois períodos de colheita por ano: de meados de agosto até novembro, a safra principal; entre fevereiro e março, a segunda safra ou “soca”.

Ronaldo conta que nasceu

e cresceu no povoado Banta. Como seu pai e seu avô, sua rotina é de trabalho diário na lavoura desde criança. “Vivo mais tranquilo num ambiente de floresta”, diz Ronaldo. E recita os frutos que encontra na floresta: “açai, buriti, pequi, bacuri, cupuaçu”. Explica que cada família faz sua colheita mas, para limpeza do terreno e

Matopiba: acrônimo formado pelas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Foto

A colheita do abacaxi de Turiaçu é feita em cestos de palha, produzidos pelos próprios agricultores, como Ronaldo Fernandes.



“O pessoal de fora, da cidade, tem uma visão de que a agricultura vai entrar na Amazônia para destruir, mas não, a agricultura vem para ajudar. A tendência é diminuir o desmatamento, é a melhoria da terra”

Flávio Nagel

plântio, as pessoas próximas da vizinhança se organizam em mutirões. “Meu maior orgulho é sobreviver em comunidade e o espírito de solidariedade no povoado”, conta ele.

O professor doutor em Fitotecnia/Fruticultura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), José Ribamar Gusmão Araújo, há dez anos vem estudando o processo produtivo do abacaxi nessa região pré-amazônica maranhense. Segundo ele, são três os principais fatores que tornam especial esse produto com forte poder de identidade regional: a genética superior, o solo rico em magnésio e potássio e o microambiente, em especial um clima que, em função da altitude da principal área de plantio, dotam o abacaxi de Turiaçu com polpa viscosa e muito doce e um amarelado bem forte. “É o melhor abacaxi do Brasil”, diz o professor.

NO MATO GROSSO, CULTURAS EM TRANSIÇÃO

Flávio Nagel, 39 anos, mora no município de Nova Monte Verde, ao norte do estado do

Mato Grosso, desde os 12. Ele é agricultor há quatro anos e produz arroz e sorgo. A partir do ano que vem, produzirá soja. Flávio é um exemplo de produtor rural que vem passando por mudanças nas formas de produção, especialmente na relação com o solo e com a floresta.

“Mudei da pecuária para a agricultura pela questão da rotação de culturas, das terras ficando degradadas, pragas, morte súbita do capim. Então a gente veio mudar a cultura para a melhoria da terra”, conta Flávio. “Na pecuária, não se costuma corrigir o solo, só tira, tira, tira. A agricultura é um modo de corrigir a terra, com calcário, adubação etc”.

Na tensão entre produção e conservação, Flávio é enfático: “o pessoal de fora, da cidade, tem uma visão de que a agricultura vai entrar na Amazônia para destruir, mas não, a agricultura vem para ajudar. A tendência é diminuir o desmatamento, é a melhoria da terra”. Esse processo é confirmado pelo professor doutor em Agronomia da

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Carlos Cesar Breda, que explica que as áreas degradadas pelo mau uso da pecuária extensiva de bovinos vêm sendo gradativamente transformadas em lavouras. “Ainda mais quando se considera o acelerado crescimento do escoamento de grãos pelos portos do Pará (Santarém e Miritituba), que poderá reduzir os custos de transporte dos grãos produzidos naquelas regiões”, comenta.

Embora os portos acenem com mudanças positivas, permanece o desafio de fazer a produção chegar até eles. Flávio diz que sua maior dificuldade é o transporte até o porto, seja pelas condições das estradas ou pelo preço dos combustíveis. “Esse ano, a BR ficou praticamente intransitável, chegou até o Exército para arrumar. Prejudicou demais, porque muitos navios ficaram lá atracados e tiveram que ir embora vazios”, conta o produtor. “Então, se o governo melhorar essa estrada já ajuda muito. Se fizer uma ferrovia, aí seria um sonho”. ■

Amazônia Legal

Saiba mais no portal do IBGE:
<https://goo.gl/DBrh8C>

Fotos

Em Nova Monte Verde, Flávio Nagel pensa na produtividade: “produzir mais com menos terra e culturas diversificadas”.

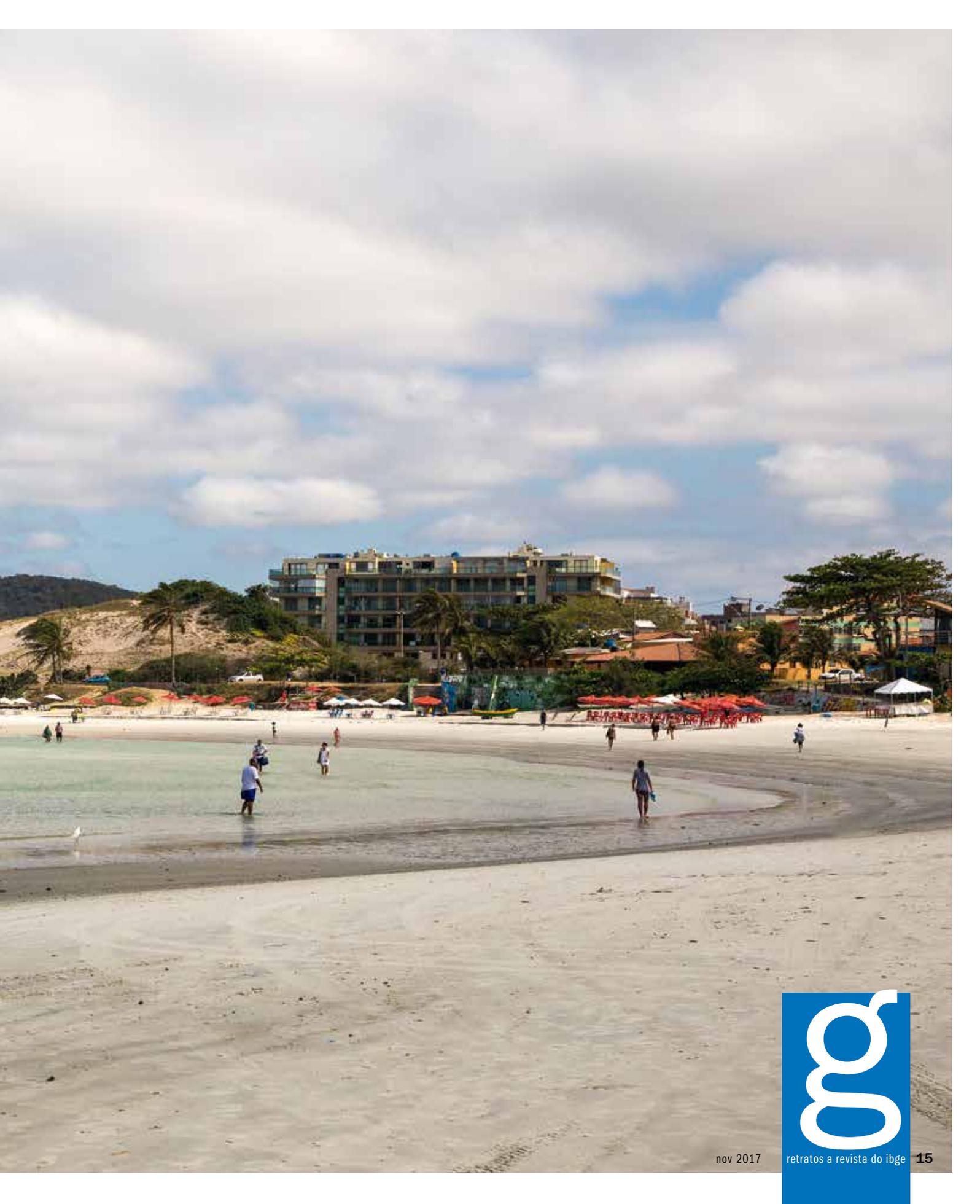
de frente para o mar

Diversas praias onde a paisagem era dominada pela natureza hoje são cercadas de prédios que abrigam moradores e turistas

texto Marcelo Benedicto e Mateus Boing

fotos Arquivo Histórico da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, Lícia Rubinstein, Mateus Boing e Wolney Teixeira

Lícia Rubinstein



Acervo Wolney Teixeira

Guardião do acervo com imagens históricas de Cabo Frio e região, Warley Sobroza de Souza, 79 anos, é um incansável divulgador da obra do pai, o fotógrafo Wolney Teixeira (1912-1983). Uma exposição realizada em 2011 no Centro Cultural da Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro, e a publicação do livro “O Sal Terra – fotografias da Região dos Lagos 1930-1970” foram passos importantes nesse sentido. Um desejo de Warley é encontrar uma instituição interessada em investir na preservação e disponibilização dos dez mil negativos que compõem o acervo.

Fotos

Casario antigo de Cabo Frio, que foi em grande parte demolido.

Vestígios de um passado bucólico: a pescaria artesanal na Praia do Forte, em Cabo Frio.

Através do movimento das ondas e do constante fluir de suas correntes, o mar ajudou a conduzir o homem a lugares desconhecidos. Foi assim que os colonizadores portugueses chegaram às terras brasileiras, tendo como porta de entrada um imenso litoral com cerca de 8 mil km de extensão. É nessa faixa de terra que ao longo do tempo se desenvolveram as principais atividades econômicas do país, onde se instalaram centros urbanos e grande parte da população passou a viver.

No Brasil, como em outros países, a ocupação em larga escala da faixa costeira gera problemas urbanos e ambientais geralmente associados às metrópoles ali situadas. O crescente número de turistas atraídos pelas belezas naturais abundantes nesse mesmo litoral, como praias de águas transparentes

A natureza resiste

Toda paisagem muda com o passar do tempo, como é possível perceber ao se comparar a fotografia da capa com a da abertura desta matéria. Ambas são da praia do Forte, em Cabo Frio, mas a primeira foi feita em 1945 e a segunda, a partir do mesmo ângulo, em outubro de 2017.

Para o fotógrafo Warley Sobroza de Souza, na Cabo Frio de hoje o belo se esvaiu um pouco. “Há 50 anos tudo era bonito. Era uma cidade provinciana, amanhecia o dia cheio de cargueiros. Aquela fila de cavalos que vinham da região agrícola, lá de Búzios, da Baía Formosa. O pessoal vinha vender de tudo aqui na cidade”, recorda, observando algumas das fotografias extraídas do acervo de dez mil negativos produ-

sob um céu azul iluminado pelo sol, também pode trazer prejuízos.

É o que acontece em municípios como Cabo Frio e Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, e Balneário Camboriú e Itapema, em Santa Catarina. Comparando os resultados dos últimos três Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010), as quatro cidades apresentaram grande crescimento populacional e aumento de domicílios de uso ocasional (usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim).

Porém, apesar das críticas a determinados aspectos do turismo, ele também é reconhecido como elemento fundamental para a economia desses municípios costeiros, os quais a equipe da Retratos visitou para conferir de perto os impactos dessa atividade.

zidos por seu pai, o fotógrafo Wolney Teixeira de Souza (autor da foto da capa).

Warley é neto de Antonio Mota de Souza, o responsável por introduzir na família a paixão pela fotografia, que o cativou ainda jovem, por volta de 1902, quando um fotógrafo foi documentar a construção da estrada de ferro em que trabalhava. Após ganhar a vida eternizando momentos e paisagens, passou o bastão para o filho Wolney, que hoje é reconhecido como o maior fotógrafo da região, aquele que deixou como legado a memória visual da Cabo Frio bucólica que existia até meados do século XX e de parte das transformações ocorridas no município:

“Mas meu pai começou a ficar horrorizado quando viu que as coisas belas estavam sendo



Wolney Teixeira



Lígia Rubinstein



Licia Rubinstein



Licia Rubinstein

destruídas, as casas, os casarões antigos. O poder político da época não teve a consciência de tomar aquele centro urbano antigo. O acúmulo de gente ia chegando e não tinha hotel e foi derrubando tudo”.

Segundo o Censo 2010, Cabo Frio conta com 186.227 habitantes (só entre 1991 e 2010, a população do município cresceu 119%) e 34.719 domicílios não ocupados de uso ocasional, o que representa 32,9% do total de domicílios particulares da cidade (com crescimento de 41,6% entre 2000 e 2010).

As duas informações estão relacionadas ao crescimento do turismo, que foi impulsionado após investimentos que tornaram a cidade mais conectada com o restante do estado, em especial após a inauguração da ponte Rio-Niterói, em 1974. Mais recentemente, a privatização (1992) e depois o fechamento (2006) da Companhia Nacional de Álcalis, que produzia barrilha e sal, reforçou ainda mais o direcionamento da economia local para o turismo.

Para Lindomar Rodrigues, funcionária da Agência do IBGE de Cabo Frio, o maior impacto do turismo na cidade é sentido na alta temporada (novembro a fevereiro): “Para trabalhar é complicado. É difícil até pegar ônibus. O trânsito fica intenso. Uma pesquisa (coleta de dados domiciliar) que você faria em dois dias vai levar quatro”. Já Eduardo Ermelino Alves Lopes, que trabalha na mesma agência, observa as mudanças na paisagem: “Hoje você olha Cabo

Frio e só vê concreto. Se tem quintal livre, não tem planta. É um prédio do lado do outro”.

TEMPO QUE PASSA E TRAZ MAIS GENTE

Essas questões também são percebidas em Arraial do Cabo, que em 1985 se emancipou de Cabo Frio. Em 2010, o município tinha 27.715 moradores, um aumento de 40% em relação a 1991, e um total de 8.784 domicílios não ocupados de uso ocasional (45,2% do total de domicílios particu-

lares), o que representa um crescimento de 103% entre 2000 e 2010. Essas estatísticas também são influenciadas pelo turismo, que é visto como fator de progresso para a cidade, mas constante fonte de preocupação.

“O turismo é nossa fonte de trabalho, que poderia ser uma fonte limpa. Porém, os turistas vêm e deixam seu lixo, pois não há controle da quantidade de pessoas que

entram na cidade. Há um número excessivo de barcos no mar, nem sempre conduzidos por pessoas devidamente qualificadas”, lamenta Ronaldo Miranda Fialho, agente de turismo de mergulho em Arraial.

Ele sente falta dos velhos tempos nos quais se podia descansar a vista ao observar o trabalho dos pescadores artesanais ao longe no mar, acompanhar as atividades nas salinas ou simplesmente observar belas paisagens, muitas das quais deram lugar a inúmeros empreendimentos imobiliários. “Há as invasões, inclusive das áreas de proteção ambiental”, ressalta Ronaldo que, apesar das críticas, enfatiza que não ganha di-

“Cadê os moinhos de sal, os pescadores, as canoas que ocupavam as praias? Arraial não é outra coisa a não ser praia. Acho que foi a única coisa que restou da cidade”

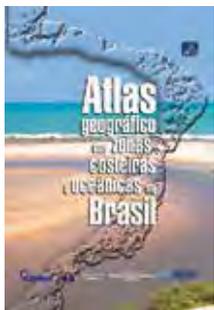
Ronaldo Miranda Fialho

Foto 1

A natureza perde espaço: ocupação da encosta da Prainha, localizada na entrada de Arraial do Cabo.

Foto 2

Localizada em Arraial do Cabo (RJ), a ilha do Cabo Frio está sob a jurisdição da Marinha do Brasil. É uma área de preservação ambiental que abriga sítios arqueológicos, animais endêmicos, espécies da flora, as ruínas de um farol e um farol ativo, um laboratório de pesquisas e dois campos de provas de testes. O trabalho científico e de proteção é realizado pelo Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, da Marinha, que é especializado em estudos e pesquisas em áreas como Oceanografia, Meteorologia, Hidrografia, Geologia e Geofísica Marinhas e Engenharia Costeira e Oceânica.



Saiba mais

O Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil reúne informações sobre os recursos do mar, suas características geológicas, oceanográficas, biológicas e aspectos socioeconômicos do litoral brasileiro e, inclusive, uma seção sobre turismo que serviu de inspiração para essa reportagem. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br>.

nheiro quando a cidade está vazia: “Todo mundo fica tentando catar turista no laço”.

As águas esverdeadas das praias de Arraial são um forte atrativo para banhistas e mergulhadores. A característica tem relação com a ressurgência, fenômeno comum em determinadas costas ocasionado pelo vento que parte do continente para o mar e desloca as águas superficiais, possibilitando que aflore a que estava embaixo. Em paraísos como esse, a natureza precisa conviver com atividades turísticas e de pesca.

“Já houve um certo conflito entre o avanço do turismo e a pesca, em função de um aumento da movimentação de barcos na rota de migração das espécies, o que afugenta os peixes e prejudica o cerco (com o uso de redes)”, explica Ricardo Coutinho, biólogo do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, em Arraial do Cabo.

De acordo com ele, dentre os danos causados pelos barcos estão o derramamento de óleo, a destruição de espécies no lançamento da âncora e o ruído do motor que afugenta cardumes. Já em relação às praias garante que a qualidade da água é boa, sem grandes problemas quanto ao lançamento de esgoto. “Urbanisticamente Arraial do Cabo não tem nenhuma organização e planejamento, mas diria que, do ponto de vista ambiental, a situação ainda está sob controle”, avalia Ricardo.

Um lugar ao sol

Quando Ana Maria Brandalise chegou a Itapema com dois filhos adolescentes e mil reais no bolso, a cidade era um modesto balneário de 18 mil habitantes no litoral norte de Santa Catarina. Naquela época, 22 anos atrás, quem

poderia imaginar que o número de moradores aumentaria 77,12% entre os Censos 2000 e 2010, tornando Itapema a cidade catarinense com maior crescimento populacional no período? Ou que o município, seguindo o modelo da vizinha Balneário Camboriú, passaria a ter o turismo e a construção civil como suas principais atividades econômicas?

Ana Maria, hoje dona de imobiliária que negocia propriedades de até 6 milhões de reais, não imaginava. Em 1995, essa paranaense de Toledo, então com 38 anos, queria apenas começar vida nova com os garotos (um tinha 13 anos e o outro, 15). O casamento havia acabado dois anos antes e ela não via futuro para os filhos em Ponta Porã (MS), onde morava. Balneário Camboriú era a primeira opção, mas Itapema foi a escolhida. Além do aluguel mais barato, o lugar era mais perto da casa do irmão que morava em Porto Belo, também no litoral catarinense.

Por dois anos, Ana Maria trabalhou como vendedora, de 17h à meia-noite. Ao voltar para casa, preparava pizzas que vendia de porta em porta pela manhã, a partir de 9h. Fazer faxinas era outro complemento de renda. Simpática e falante, chamou a atenção de um cliente que era corretor de imóveis. “Eu nem sabia o que era isso. Fiz um curso em São Paulo, com muito custo. Depois pedi estágio na imobiliária dele. Me achei na profissão porque fui vendedora a vida inteira”, conta Ana Maria, cujo filho mais velho é hoje médico em Brasília e o mais novo, formado em psicologia, trabalha com a mãe no ramo imobiliário.

TRANQUILIDADE ABALADA

Prósperas, com boa infraestrutura, comércio forte e variedade de serviços, Itapema e Balneário

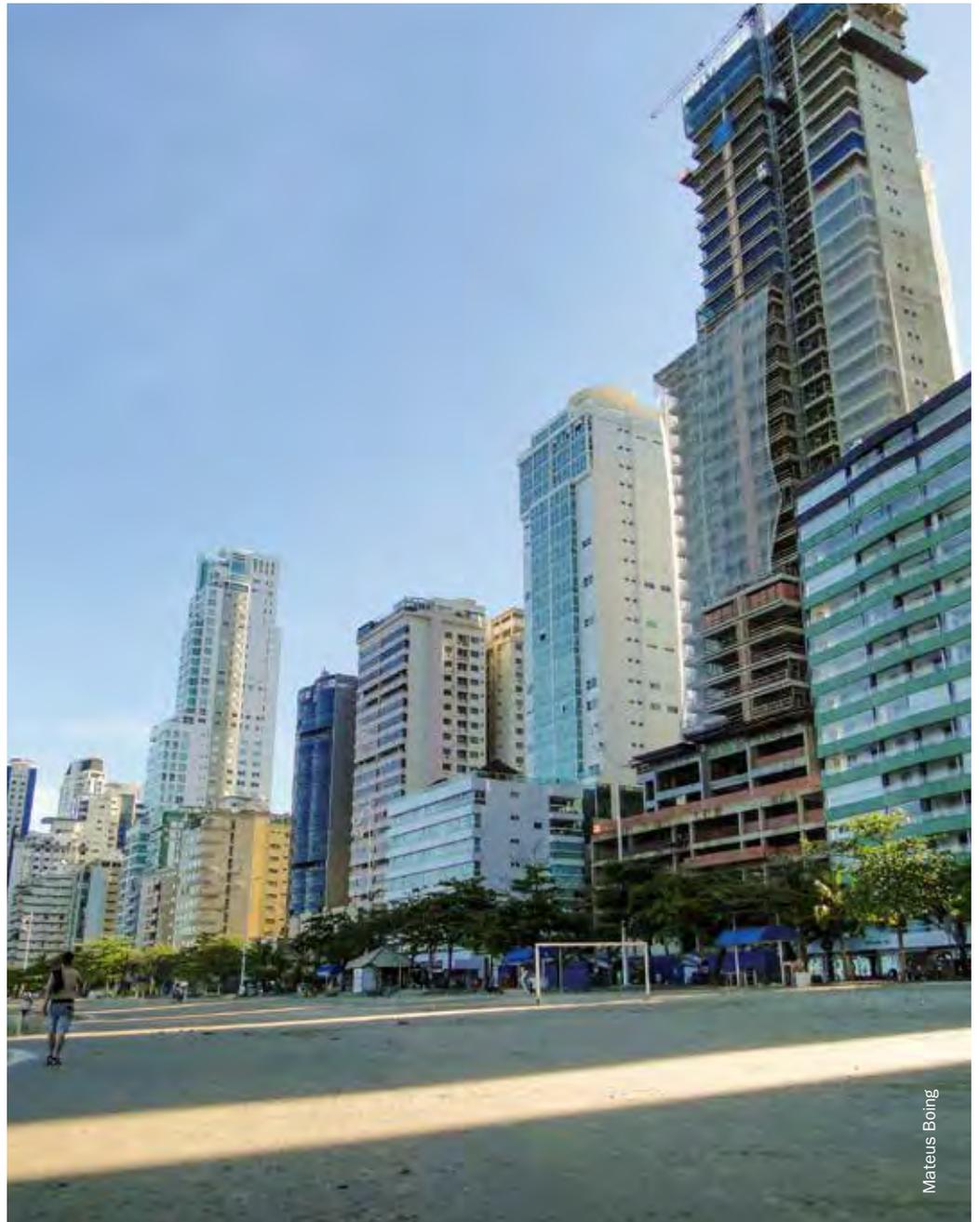
Camboriú são bons lugares para se viver e visitar, de acordo não só com a opinião geral de moradores e turistas, mas também pelos índices de qualidade de vida. Balneário tem o quarto melhor IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do país e Itapema, o 53°.

Mesmo quem tem por ofício apontar falhas e indicar soluções para melhorar o ambiente urbano mostra apreço pelas duas cidades. É o caso do arquiteto paulista-no Luciano Torres Tricárico, professor doutor na Universidade do Vale do Itajaí (Univali), que tem campus em Balneário. “É uma boa cidade para morar, pode-se caminhar a pé e ter todos os serviços à mão. Jogo a caneta e já estou na praia. Uso bicicleta para ir trabalhar. Cozinho a própria comida e ainda durmo depois do almoço”, diz ele, que também não se furta a falar dos problemas da cidade.

Na alta temporada, o trânsito é um dos principais transtornos tanto em Balneário quanto em Itapema. O tráfego na orla e em ruas e avenidas adjacentes fica lento dia e noite. “Ônibus de turismo dentro da cidade atrapalham a mobilidade urbana. Eles deveriam ficar em bolsões de estacionamento

afastados do centro, com vans levando turistas aos hotéis”, afirma o professor.

Segundo ele, por serem cidades onde se investe em imóveis (a região se destacou nos Censos 2000 e 2010 pelo número de domicílios não ocupados, vagos ou de uso ocasional), há ônus para o poder público pela demanda em infraestrutura de água, luz e esgoto nos três meses de verão.



Mateus Böling

Foto

Sombra dos prédios na faixa de areia em Balneário Camboriú.

“Ônibus de turismo dentro da cidade atrapalham a mobilidade urbana. Eles deveriam ficar em bolsões de estacionamento afastados do centro.”

Luciano Torres Tricárico

Fotos

Prédios característicos da Barra Sul de Balneário Camboriú (foto grande). Em destaque o edifício com 75 pavimentos, 1.114 vagas de garagem e 236 apartamentos que, segundo a imprensa local, pode se tornar o maior edifício residencial do país. Na mesma praia, na década de 1950, o cenário era bem diferente (foto em preto e branco).

Prédios modernos na praia de Itapema (foto menor).

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14

O ODS 14 busca a conservação e o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos. Dentre suas metas, estão a prevenção e a redução da poluição marinha, especialmente a advinda de atividades terrestres; a gestão de forma sustentável e a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros; e a conservação de pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas.

A poluição do mar é outro problema. Em janeiro deste ano, relatório de balneabilidade da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) classificou como impróprios para banho sete dos 10 pontos de coleta na praia de Balneário. Na orla de Itapema, de oito, três estavam impróprios. A rede de esgoto em Balneário atinge 90% das casas. Em Itapema, o índice é de 74%. No entanto, além da sobrecarga do sistema no verão, municípios vizinhos sem a mesma cobertura influenciam negativamente na qualidade da água do mar.

APESAR DOS PROBLEMAS, PROGRESSO É BEM-VINDO

O pescador Flaviano Rebello Filho, o Flavinho, de 85 anos, lembra do tempo em que se via o fundo do rio Camboriú, que hoje desemboca com águas verde-escuras na Barra Sul da praia de Balneário. Principal fonte de abastecimento para os municípios de Camboriú e Balneário Camboriú, esse rio de 40 km sofre com falta de mata ciliar, agrotóxicos de lavouras marginais e despejo irregular de esgoto.

Flavinho mora perto da foz, no bairro da Barra. “A Barra é a mãe de Camboriú e a avó de Balneário”, diz ele sobre a primeira sede administrativa da região. Separado do restante de Balneário pelo rio, com casas e prédios pequenos em vez de arranha-céus, o bairro manteve o aspecto pacato de cidadezinha do interior. A capela de Santo Amaro, construída em meados do século XIX, era o ponto mais alto até o ano passado, quando foi inaugurada a passarela da Barra, enorme via de acesso para pedestres e ciclistas, com 190 m de extensão e altura equivalente a um prédio de 22 andares.

Para Flavinho, tirando a poluição, o crescimento da cidade foi bom para todos. Ele ainda

sai para pescar em seu bote de oito metros a motor. “Sempre saí por volta de uma, duas da madrugada. Agora tô preguiçoso. Saio às quatro, cinco da manhã com um filho”, diz, sorrindo. A vantagem é não precisar mais levar o pescado até os clientes. “Agora eles vêm comprar na minha porta”, conta ele, que tem pequena peixaria nos fundos da casa.

O funcionário público aposentado José Cesário Pereira, de 85 anos, também não é saudosista em relação a Balneário. “Eu gosto do progresso. Sou a favor de prédio alto. Problema do país não é falta de emprego? Prédio alto dá emprego para muita gente”, afirma ele, nascido em Camboriú e dono de pequena loja de material elétrico e de construção na avenida Brasil.

DE BRAÇOS ABERTOS

Indicadores de turismo mostram que o nível de satisfação dos visitantes é alto. De acordo com o relatório Demanda Turística Internacional (2012-2016), do Ministério do Turismo, mais de 90% dos estrangeiros entrevistados em Balneário Camboriú disseram que a estada atendeu plenamente ou superou as expectativas.

Elogios de visitantes de outros estados também são frequentes. A policial militar carioca Alessandra Velloso, de 35 anos, veio para Santa Catarina com o marido, o filho e a mãe. “A limpeza e a segurança chamaram nossa atenção. A gente anda tranquilo pelas ruas e as pessoas são muito educadas”, afirma ela.

Morador de Balneário há 22 anos, o porteiro Ademir Paulo Knob, de 41, concorda. “O povo de Balneário é mais receptivo que na minha terra, em Concórdia. As pessoas aqui estão preparadas para receber o turista”, conclui. ■



Mateus Böing



Arquivo Histórico



Mateus Böing



indicadores do lar

A amiga dos solitários

Em 1992, dos 3,2 milhões de pessoas que moravam sozinhas, apenas 431,6 mil (13,4%) tinham lavadora. O percentual de residências com máquina de lavar aumentou na mesma medida em que subiu o número de pessoas morando sozinhas, até chegar a 5,3 milhões (47%) dos 11,3 milhões de domicílios.

e

Entre os vários indicadores das pesquisas do IBGE, um chama atenção: bens duráveis nos domicílios. O que significa ter uma geladeira, um celular ou máquina de lavar? Para os estudos demográficos, muita coisa.

“Cada bem durável presente no domicílio representa um indicador socioeconômico”, explica Maria Lúcia Vieira, analista da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). “Por exemplo, a televisão indica acesso à informação, a geladeira é um marcador de qualidade de saúde e o telefone celular, hoje, é o principal meio de comunicação das famílias”.

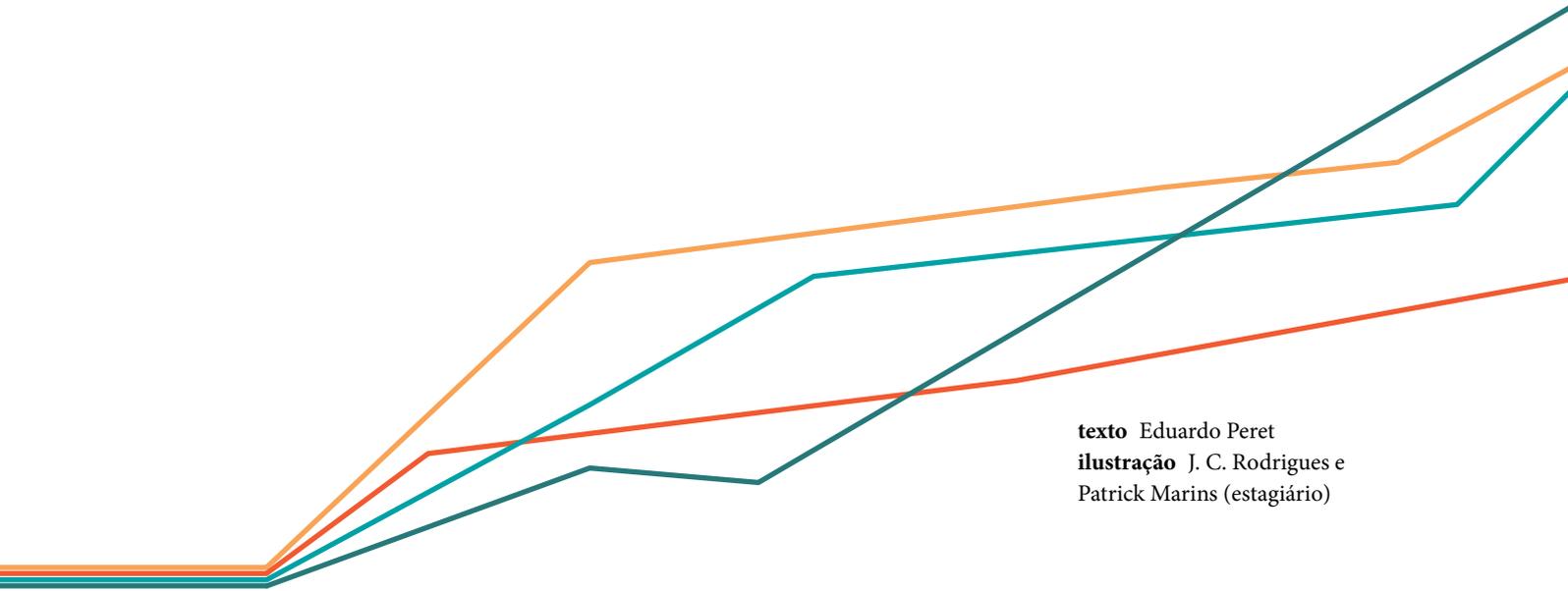
Já a máquina de lavar é um indicador muito especial. Se-

gundo Maria Lúcia, “a lavadora é considerada um indicador de conforto, qualidade de vida e otimização do uso do tempo. Ela permite que a pessoa, seja um morador sozinho ou uma esposa e mãe de família, realize outras atividades. Historicamente, ela é um símbolo do empoderamento feminino e se relaciona, também, com o aumento da quantidade de pessoas morando sozinhas, que precisam otimizar seu tempo em casa”.

Alguns bens duráveis têm versões com preços populares e outras mais caras. Um celular mais simples é acessível às classes de rendimento mais baixo, mas sempre existe um modelo com mais recursos, ou

de uma marca mais famosa, que as pessoas associam a um status social. A televisão também tem a versão clássica e os modelos mais modernos, com programação, saída USB e outras características. Isso não acontece com a lavadora de roupas – mesmo a mais simples não é barata, exceto em promoções.

“O aumento da presença da máquina de lavar nos domicílios ao longo dos anos indica um aumento do poder aquisitivo e uma melhoria da qualidade de vida. No futuro, com sua popularização, talvez passemos a pesquisar a presença da lavadora de louças, ou secadora de roupas, por exemplo”, conclui a pesquisadora. ■



texto Eduardo Peret
 ilustração J. C. Rodrigues e
 Patrick Marins (estagiário)

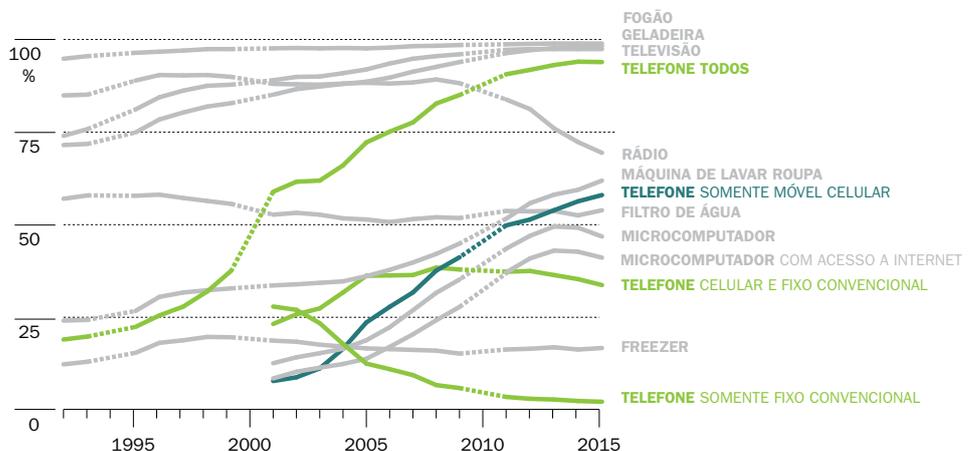
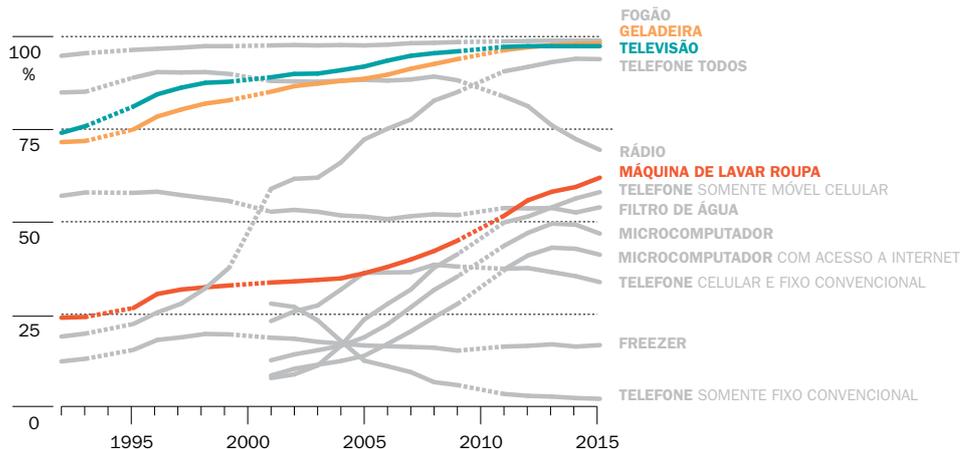
Quem é a rainha do lar?

A popularização da TV chegou a tal ponto que, até 2012, havia mais domicílios com televisão do que com geladeira. Em 2006, essa diferença chegava a dois milhões. E a lavadora jamais alcançou as duas, permanecendo um indicador de renda, conforto e qualidade de vida.

Alô, alô

O celular, hoje, é o principal indicador de acesso à comunicação de qualidade e com rapidez. Em 2001, só 7,8% dos domicílios tinham celular e não tinham telefone fixo; os que só tinham fixo eram 27,9%. Em 2015, apenas 2,2% dos domicílios tinham telefone fixo, mas não celular, enquanto 58% tinham apenas o celular.

INDICADORES DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (%) - 1992/2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992-2015.
 Notas: Excluído os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (1) Inclusive os domicílios sem declaração de alguma característica.
 A pesquisa não foi a campo nos anos 1994, 2000 e 2010.

onde está o



Para fazer o Censo Agro 2017, o IBGE contratou cerca de 18 mil recenseadores que, durante os cinco meses de coleta da pesquisa, vão visitar todos os mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários do país.

recenseador?



O Juca (esse recenseador aqui do lado) já está pronto para abrir as portei ras. Será que você consegue encontrá-lo? Na imagem, só ele está usando crachá, colete, boné e bolsa com o logotipo do IBGE.

texto Mônica Marli
ilustração J. C. Rodrigues e
Patrick Marins (estagiário)

